

HABEAS CORPUS Nº 493.872 - GO (2019/0046004-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : MARCELO DE SOUSA VIEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : MARCELO DE SOUSA VIEIRA - DF016041
ALINE ZÖLLMANN MENGES - GO053793
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : EDIMUNDO DA SILVA BORGES JUNIOR (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EDIMUNDO DA SILVA BORGES JÚNIOR contra decisão proferida pelo Desembargador Relator do HC n. 5075169.18.2019.8.09.0000.

De acordo com os autos, o paciente foi preso preventivamente em razão da suposta prática dos crimes previstos nos arts. 312 do Código Penal e 90 da Lei de Licitações.

Nesta via, sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, pois ausentes os requisitos exigidos pelo art. 312 do Código de Processo Penal. Além disso, o impetrante assevera que o paciente possui condições pessoais favoráveis, podendo ser substituída a segregação cautelar pelas medidas previstas no art. 319 do CPP.

Requer a revogação da constrição cautelar ou, subsidiariamente, a incidência de medidas alternativas ao cárcere, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Esta Corte Superior, nos termos da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de que "*não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância*" (AgRg no HC 252.412/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 9-10-2012, DJe 17-10-2012), destacando que "*O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha que não escapa à pronta percepção do julgador*" (AgRg no HC 300.610/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4-9-2014, DJe 15-9-2014).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações:

No caso, não há como negar a realidade de que os aventados constrangimentos que sofrem o paciente existência de duas supostas decisões conflitantes, uma que decretou a prisão preventiva, ante a provável existência de uma organização criminosa, e a outra que, ao receber a exordial acusatória, impôs as medidas cautelares diversas da prisão, entendendo ser impositiva a concessão do direito de responder ao processo em liberdade provisória,

consistem, genuinamente, no próprio mérito da impetração, motivo pelo qual sua análise compete ao Órgão colegiado, ao depois do desenvolvimento completo da causa com a colheita das informações do juízo indigitado coator e do parecer do fiscal do ordenamento jurídico, na esteira da intelecção do Superior Tribunal de Justiça: "O reiterado posicionamento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a provisão cautelar não se presta à apreciação da questão de mérito da impetração, por implicar exame indevido e prematuro da matéria de fundo da ação de habeas corpus, de competência do colegiado julgador, que não pode e não deve ser apreciada nos limites da cognição sumária do relator. Precedentes do STJ" (STJ, 5ª Turma, AgRg. nº HC. Nº 115.631/ES, Rei. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ. De 24.11.2008).

Ainda que assim não fosse, em ato de avaliação superficial e provisória, que verifica-se que existe uma reiteração de pedidos, lançados em sede de Embargos de Declaração no Habeas Corpus nº 5604309.74.2018.8.09.0000, com efeitos infringentes, opostos pelo impetrante Marcelo de Sousa Vieira em favor do paciente, que foi julgado em 12/02/2019. (e-STJ, fl. 89).

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária, para manter, ao menos por ora, a constrição cautelar do paciente.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Pelo exposto, **indefere-se liminarmente** o *habeas corpus*, com fulcro no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator